

Paulo Roberto Fernandes Pinto Junior

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome Paulo Roberto Fernandes Pinto Junior
Nascimento 17/11/1973 - Recife/PE - Brasil
CPF 74304364472

Formação Acadêmica/Titulação

1993 - 1997 Graduação em direito.

Faculdades Integradas Barros Melo, FIBAM, Olinda, Brasil

Formação complementar

2009 - 2009 Curso de curta duração em Curso de Formação de Facilitadores da Aprendizagem.
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, TCE/PE, Brasil

Atuação profissional

1. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPE

Vínculo institucional

1998 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador, Carga horária: 20, Regime: Parcial

2. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE

Vínculo institucional

2008 - 2010 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador do Ministério Público de Contas , Carga horária: 30, Regime: Parcial

1995 - 1998 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Técnico de Auditoria , Carga horária: 30, Regime: Parcial

3. Banco Central do Brasil - BACEN

Vínculo institucional

1998 - 1998 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador , Carga horária: 40, Regime: Dedicação Exclusiva

4. Banco do Estado de Pernambuco S/A - BANDEPE

Vínculo institucional

1990 - 1993 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Auxiliar Administrativo , Carga horária: 30, Regime: Parcial

5. Ministério Público Federal - MPF

Vínculo institucional

1993 - 1994 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Assistente Técnico , Carga horária: 40, Regime: Integral

6. Advogado

1997 – 2021 Advogado atuante, especialmente nas áreas de Direito Público. Sócio da Sociedade de Advogados Pessoa, Pinto, Carvalho, Dantas e Moreno – Advogados

2021 - Atual Advogado atuante, especialmente nas áreas de Direito Público. Sócio da Sociedade de Advogados Beviláqua Pinto & Albuquerque Advocacia

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. PINTO JUNIOR, P. R. F.
A constitucionalidade de leis estaduais garantidoras de proteções em favor dos deficientes físicos nos estabelecimentos bancários. Jus Navigandi (Online). , v.640, p.000 - , 2005.
2. PINTO JUNIOR, P. R. F.
A constitucionalidade de leis estaduais restritivas do consumo de bebidas alcoólicas. Jus Navigandi (Online). , v.649, p.000 - , 2005.
3. PINTO JUNIOR, P. R. F.
A Inconstitucionalidade de Delegação Legislativa em Matéria de Benefício Fiscal. Boletim Jurídico (Uberaba. Online). , v.112, p.475 - , 2005.
4. PINTO JUNIOR, P. R. F.
Inexistência de reserva constitucional em leis de natureza financeira. Boletim Jurídico (Uberaba. Online). , v.112, p.476 - , 2005.
5. PINTO JUNIOR, P. R. F.
O regramento constitucional da elegibilidade dos parlamentares para os cargos de mesa diretora das Cortes Legislativas. Jus Navigandi (Online). , v.6269, p.000 - , 2005.
6. PINTO JUNIOR, P. R. F.
O voto secreto nas Casas Legislativas. Boletim Jurídico (Uberaba. Online). , v.112, p.480 - , 2005.